



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO  
XVI CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO  
SUBSTITUTO**

**INSTRUÇÕES AO CANDIDATO  
PRIMEIRA PROVA OBJETIVA SELETIVA  
DOMINGO  
Cuiabá – Mato Grosso**

**18 de julho de 2010**

01. A prova terá duração de 04 (quatro) horas.
02. Não será permitida nenhuma forma de consulta.
03. Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova. A interpretação das questões faz parte da prova.
04. Confira se seu caderno de prova contém todas as questões numeradas de 01 a 50. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
05. Ao terminar a prova, devolva o cartão de respostas preenchido. **Não destaque a ficha de identificação.**
06. Preencher o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. Não rasure nenhuma questão. Não utilizar corretor.
07. Não escreva nada no cartão de respostas, além dos dados solicitados. Qualquer anotação feita no mesmo torná-lo-á nulo.
08. Atente para o tempo de preenchimento do cartão de respostas, pois, após a duração de 04 (quatro) horas os mesmos serão recolhidos.
09. Não haverá substituição do cartão de respostas.
10. Aguarde a ordem para abrir o caderno de questões.

**COMISSÃO DE CONCURSO**

## BLOCO II

### **Direito Processual do Trabalho.**

1) Analise as seguintes proposições sobre a competência da justiça do trabalho e ao final com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominante aponte a alternativa correta.

I- Não se configura conflito de competência entre Tribunal Regional do Trabalho e Vara do Trabalho a ele vinculada.

II- Em relação aos títulos executivos extrajudiciais a competência da Justiça do Trabalho está limitada aos termos de ajustamento de conduta e termos de conciliação firmados perante comissão de conciliação prévia.

III- Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último.

IV- A Justiça do Trabalho é incompetente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

- a) As proposições I, II, estão corretas e as proposições III e IV incorretas.
- b) As proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas.
- c) As proposições II e III estão corretas e as proposições I e IV incorretas.
- d) As proposições II e IV estão corretas e as proposições I e III incorretas.
- e) As proposições I e III estão corretas e as proposições II e IV incorretas.

2) Assinale a opção incorreta sobre a tutela inibitória no processo do trabalho.

- a) A CR/88 ao estipular no art. 5º XXXV que a lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito, expressamente agasalhou a tutela inibitória de modo amplo.
- b) A tutela inibitória funciona, basicamente, através de decisão que impõe um fazer ou não fazer, sob pena de multa, conforme a conduta ilícita que compõe seu objeto seja de natureza comissiva ou omissiva.
- c) A ação inibitória visa impedir a repetição ou continuação do ato antijurídico, ilícito ou danoso, sendo imprescindível a prévia existência de dano para que o direito de ação possa ser validamente exercido.
- d) Sendo a tutela inibitória ação de cognição exauriente com finalidade específica, é cabível a antecipação de tutela nesta modalidade de provimento.
- e) A tutela inibitória mostra-se perfeitamente compatível com o processo do trabalho.

3) Analise as seguintes proposições sobre o *jus postulandi* e ao final com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominantes aponte a alternativa correta.

I- Uma vez que as partes possuem *jus postulandi* podem ajuizar qualquer tipo de ação perante a Justiça do Trabalho, independentemente da constituição de advogado para representá-las em juízo.

II- O *jus postulandi* das partes limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

III- O *jus postulandi* das partes pode ser exercido perante o TST na hipótese de qualquer ações de competência originária daquele tribunal, como a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança.

IV- o *jus postulandi* pode ser exercido tanto pelos empregados quanto pelos empregadores pessoas físicas, mas não pelas pessoas jurídicas.

- a) A proposição I está correta e as proposições II, III e IV incorretas.
- b) As proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas.
- c) As proposições II e III estão corretas e as proposições I e IV incorretas.
- d) As proposições II e IV estão corretas e as proposições I e III incorretas.
- e) As proposições I e III estão corretas e as proposições II e IV incorretas.

4) No tocante aos recursos no processo do trabalho, assinale a alternativa incorreta.

- a) Não cabem embargos de declaração interpostos contra decisão de admissibilidade do recurso de revista, não tendo o efeito de interromper qualquer prazo recursal.
- b) É chancelado pela legislação processual, o recurso de embargos interposto à decisão monocrática proferida pelo relator negando seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.
- c) É regular a representação processual do subscritor do agravo de instrumento ou do recurso de revista que detém mandato com poderes de representação limitados ao âmbito do Tribunal Regional do Trabalho.
- d) É extemporâneo recurso interposto antes de publicado o acórdão impugnado.
- e) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, não se admite recurso de revista por contrariedade à Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

5) Fazenda Santo Inácio Ltda. ajuizou ação de reintegração de posse alegando que demitiu o empregado Sebastião da Silva, quitou as verbas rescisórias regularmente, mas este se recusa a desocupar o imóvel residencial que lhe foi cedido enquanto empregado. Sebastião nada pagava de aluguel, sendo a moradia utilidade concedida em face do contrato de trabalho. Ocorre que mesmo depois de vários meses do término do vínculo de emprego, Sebastião se recusa desocupar o

imóvel. Com a inicial foi apresentado o TRCT devidamente homologado pela autoridade competente e cópia de contrato de cessão do imóvel no qual consta cláusula elegendo o foro local da justiça comum como competente para dirimir quaisquer litígios envolvendo aludido contrato. Nada foi dito sobre esta cláusula na petição inicial. Como juiz(a) do trabalho responsável, qual andamento daria ao caso.

- a) Indeferiria liminarmente a petição inicial, visto que manifesta a falta de competência material da justiça do trabalho.
- b) Declinaria a competência para a justiça comum, pois a justiça do trabalho é incompetente para a demanda, remetendo os autos para lá.
- c) Processaria a demanda, conforme regras processuais pertinentes ao caso, pois a competência é da Justiça do Trabalho, uma vez que o conflito está atrelado a um contrato de emprego.
- d) Instruiria o processo e verificando que não houve qualquer vício quando as partes elegeram a justiça comum como competente para questões envolvendo o imóvel, declinaria a competência para esta.
- e) Processaria a demanda, conforme regras processuais pertinentes ao caso e só depois de o processo estar pronto para sentença faria a remessa para a justiça comum, uma vez que apenas os atos decisórios do juiz incompetente são nulos.

6) No tocante à prova no processo do trabalho analise as seguintes proposições e ao final com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominantes aponte a alternativa correta.

I- Adiada a audiência em prosseguimento, por iniciativa do magistrado, para que se possa aplicar a confissão contra qualquer das partes é imprescindível sejam intimadas pessoalmente com a cominação de que se presumirão confessados os fatos contra elas alegados, caso não compareçam ou, comparecendo, se recusem a depor.

II - Definido pelo reclamante o período no qual não houve depósito do FGTS, ou houve em valor inferior, alegada pela reclamada a inexistência de diferença nos recolhimentos de FGTS, atrai para si o ônus da prova, incumbindo-lhe, portanto, apresentar as guias respectivas.

III - A não apresentação injustificada dos controles de frequência pelo empregador obrigado por lei a emitir este tipo de documento, gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho, a qual pode ser elidida por prova em contrário, exceto previsão distinta em norma coletiva.

IV - É do empregador o ônus de comprovar que o empregado não satisfaz os requisitos à obtenção do vale-transporte.

- a) As proposições I e III estão corretas e as proposições II e IV incorretas.
- b) As proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas.
- c) As proposições II e III estão corretas e as proposições I e IV incorretas.
- d) As proposições II e IV estão corretas e as proposições I e III incorretas.

e) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV incorretas.

7) No tocante à penhora no processo do trabalho analise as seguintes proposições e ao final com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominante aponte a alternativa correta.

I - Não fere direito líquido e certo o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado para garantir crédito exequendo definitivo.

II - Havendo discordância do credor, em execução definitiva, não tem o executado direito líquido e certo a que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco, exceto se o devedor for um banco oficial.

III - O executado tem direito que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa. Assim, na execução provisória nunca é cabível penhora em dinheiro.

IV - A carta de fiança bancária equivale a dinheiro para efeito da gradação dos bens penhoráveis.

- a) As proposições I e III estão corretas e as proposições II e IV incorretas.
- b) As proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III incorretas.
- c) As proposições II e III estão corretas e as proposições I e IV incorretas.
- d) As proposições II e IV estão corretas e as proposições I e III incorretas.
- e) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV incorretas.

8) Assinale a alternativa incorreta sobre a exceção de pré-executividade.

- a) Por meio dela o executado pode discutir algumas matérias próprias dos embargos à execução, mas sem a necessidade de prévia garantia do juízo.
- b) Limita-se à matérias suscetíveis de conhecimento de ofício e que não dependam de contraditório ou dilação probatória.
- c) A prescrição e a decadência podem ser suscitadas por meio de exceção de pré-executividade.
- d) Trata-se de instituto incompatível com o processo do trabalho, que prima pela celeridade, dado o caráter alimentar das verbas trabalhistas, não admitindo incidentes outros além daqueles expressamente previstos em lei.
- e) Pode ser utilizada tanto na execução de títulos judiciais quanto extrajudiciais.

9) Na data de 22.03.2006, Elivelton da Silva, adquiriu imóvel de João Paulo de Oliveira, por meio de contrato de compromisso de compra e venda. Ocorre que no dia 10.03.2006 o imóvel havia sido penhorado em face de dívida trabalhista cobrada contra João Paulo de Oliveira (reclamatória ajuizada em 2004). A penhora somente foi averbada no cartório em 15.04.2006. Diante disso Elivelton da Silva ajuizou ação de embargos de terceiro pedindo a desconstituição da penhora, pois não sabia da dívida trabalhista, juntando certidão do cartório referente ao imóvel, emitida em 22.03.2006 na qual não constava qualquer informação sobre a

penhora. Nenhuma outra prova foi produzida por qualquer das partes. Qual solução se amolda à doutrina e jurisprudência dominantes/pacificadas.

- a) Rejeição dos embargos de terceiro, pois o compromisso de compra e venda de imóvel não averbado no Cartório de Registro de Imóveis não autoriza o uso desta via processual.
- b) Rejeição dos embargos de terceiro, porque presumida a má-fé do embargante que adquiriu o bem quando já havia demanda em curso contra o executado.
- c) Rejeição dos embargos de terceiro com fundamento na fraude à execução que está configurada.
- d) Rejeição dos embargos de terceiro com fundamento na fraude contra credores que está configurada.
- e) Acolhimento dos embargos de terceiro, eis que a *penhora somente poderia ser mantida se no momento da aquisição já estivesse registrada/averbada no ofício imobiliária, para presunção absoluta de conhecimento de terceiros.*

10) Analise as assertivas abaixo e indique a alternativa correta:

I – Quanto aos dissídios coletivos pode se afirmar que, em regra, se dividem em dissídio de natureza econômica ou de interesse e dissídio de natureza jurídica, o primeiro é de natureza declaratória e o segundo constitutiva, sendo cabível para interpretação de norma legal de caráter geral, já os dissídios coletivos de greve podem ter uma natureza mista.

II – O microssistema de proteção aos interesses e direitos metaindividuais é formado, principalmente, pela Constituição Federal, pela Lei da Ação Civil Pública, pelo Código de Defesa do Consumidor.

III – Segundo o microssistema de proteção aos direitos e interesses metaindividuais não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogados, custas e despesas processuais.

- a) Todas as proposições estão corretas
- b) As proposições I e II estão corretas, e a proposição III está errada
- c) As proposições II e III estão corretas, e a proposição I está errada
- d) Todas as proposições estão incorretas
- e) A proposição II está correta, e as proposições I e III estão erradas

11) Quanto ao conceito legal de interesses ou direitos metaindividuais, analise as proposições a assinale a alternativa correta:

I - são difusos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por uma relação jurídica base;

II - coletivos, os de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação de origem comum

III - individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes do mesmo fato.

- a) Todas as proposições estão corretas
- b) A proposição III está correta, e as proposições I e II estão erradas
- c) A proposição I está correta, e as proposições II e III estão erradas
- d) Todas as proposições estão incorretas
- e) A proposição II está correta, e as proposições I e III estão erradas

12) Analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta:

I - Segundo orientação jurisprudencial dominante do TST para fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, deve ser levado em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, assim se de âmbito regional a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado, se for de âmbito supra regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal.

II - Proposta a ação para proteção de direitos difusos, será publicado edital no órgão oficial, a fim de que os interessados possam intervir no processo como litisconsortes, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação.

III – O único requisito às associações para propositura da ação civil pública é que estejam constituídas há pelo menos 1 (um) ano, nos termos da lei civil, entretanto, esse requisito poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.

- a) todas as proposições estão corretas
- b) todas as proposições estão erradas
- c) as proposições II e III estão corretas e a proposição I está errada
- d) as proposições I e II estão corretas, a proposição III está errada
- e) a proposição I está correta e as proposições II e III estão erradas

## Direito Constitucional

13) Analise as proposições abaixo e indique a resposta correta:

I – No sentido sociológico, a Constituição, segundo a conceituação de Ferdinand Lassale é a somatória dos fatores reais do poder dentro de uma sociedade, e no sentido político, segundo Carl Schmitt, é a decisão política fundamental, fazendo distinção entre Constituição e leis constitucionais;

II – Para Hans Kelsen a concepção de Constituição tem dois sentidos: lógico-jurídico, que equivale à norma positiva suprema, ou seja, conjunto de normas que regula a criação de outras normas, lei nacional no seu mais alto grau, e jurídico-positivo, que significa norma fundamental hipotética;

III – A Constituição dita Cesarista é aquela em que a participação popular é democrática pois visa ratificar a vontade do detentor do poder;

IV – Os elementos da Constituição trazem valores distintos caracterizando a natureza polifacética da Constituição, assim pode-se afirmar que o preâmbulo da Constituição constitui seu elemento formal de aplicabilidade;

- a) A proposição I está correta, e as proposições II, III e IV erradas
- b) Todas as proposições estão erradas
- c) As proposições II e IV estão corretas e as proposições I e III estão erradas
- d) Todas as proposições estão corretas
- e) As proposições I e IV estão corretas, e as proposições II e III estão erradas

14) Analise as proposições abaixo e indique a resposta correta:

I – Pelo princípio da máxima efetividade a Constituição deve ser interpretada em sua globalidade como um todo e, assim, as aparentes antinomias deverão ser afastadas, evitando-se contradições entre suas normas;

II - Mutação constitucional é um processo formal de mudança da constituição, por meio do qual são atribuídos novos sentidos, conteúdos até então não ressaltados à letra da constituição;

III – A interpretação conforme a Constituição opera não só como instrumento de controle de constitucionalidade mas também como princípio de interpretação do texto constitucional;

IV – O fenômeno da desconstitucionalização não é verificado no Brasil como regra geral, podendo ser autorizado pelo poder constituinte derivado;

- a) Todas as proposições estão corretas
- b) A proposição III está correta, e as proposições I, II e IV estão erradas

- c) Todas as proposições estão incorretas
- d) As proposições I, II e III estão erradas, e a proposição IV está correta
- e) As proposições III e IV estão corretas e as proposições I e II estão erradas

15) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I - A República Federativa do Brasil tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e como objetivos fundamentais construir uma sociedade livre, fraterna e solidária, reduzindo a pobreza e a marginalização e as desigualdades sociais e regionais;

II – Os direitos sociais previstos na Constituição são a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados;

III – Segundo classificação doutrinária consagrada pode se afirmar que a previsão constitucional do direito da participação dos trabalhadores nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, bem como do direito de greve pelo servidor público são normas aplicáveis imediatamente;

IV – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical, cabendo ao Ministério do Trabalho e Emprego zelar pela observância do princípio da unicidade sindical.

- a) as proposições I e IV estão corretas e as proposições II e III estão erradas
- b) as proposições I e II estão corretas, e as proposições III e IV estão erradas
- c) todas as proposições estão corretas
- d) as proposições III e IV estão corretas, e as proposições I e II estão erradas
- e) todas as proposições estão incorretas

16) Quanto ao controle de constitucionalidade é correto afirmar:

I – O controle de constitucionalidade decorre do princípio da supremacia da constituição, tendo o Brasil adotado o sistema político, cabendo ao STF precipuamente a guarda da Constituição;

II - Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte;

III – No Brasil existem dois critérios de controle de constitucionalidade: o difuso e o concentrado, o primeiro por influência do direito norte-americano, também chamado de controle concreto, por via de exceção, nunca poderá ter efeitos *erga omnes*;

IV – O controle de constitucionalidade também pode ser classificado em repressivo e preventivo, este último controle pode ser realizado através do veto político do chefe do Poder Executivo;

- a) todas as proposições estão corretas
- b) a proposição II está correta, e as proposições I, III e IV estão erradas
- c) a proposição III está correta, e as proposições I, II e IV estão erradas
- d) as proposições II e III estão corretas, e as proposições I e IV estão erradas
- e) a proposição IV está errada, e as proposições I, II e III estão corretas

17) Quanto a súmula vinculante, analise as assertivas abaixo e indique a alternativa correta:

I – O STF é o exclusivo tribunal competente para a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, que somente poderá ter por objeto a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas;

II – São legitimados a provocar a aprovação, a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante somente os legitimados a propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade;

III – Assim como na Ação Direta de Inconstitucionalidade poderá haver modulação dos efeitos da súmula vinculante;

IV – A partir da publicação do enunciado da súmula na imprensa oficial, terá efeito vinculante aos demais órgãos do Poder Judiciário, à Administração Pública, inclusive, às empresas públicas e às sociedades de economia mista;

- a) a proposição I está errada, e as proposições II, III e IV estão corretas
- b) a proposição III está incorreta, e as proposições I, II e IV estão corretas
- c) as proposições I, III e IV estão corretas, e a proposição II está errada
- d) todas as proposições estão corretas
- e) as proposições I e II estão corretas, e as proposições III e IV estão erradas

18) Quanto aos precatórios, disciplinados no artigo 100 da Constituição Federal, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim;

II - Os débitos de natureza alimentícia, somente quando os titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais, na data de expedição do precatório, serão pagos com preferência sobre todos os demais débitos, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei para obrigações de pequeno valor, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório;

III – É vedada a expedição de precatórios complementares ou suplementares de valor pago, mas é permitido o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução para fins de enquadramento de parcela em obrigações definidas em lei como de pequeno valor;

IV - É facultada ao credor, conforme estabelecido em lei da entidade federativa devedora, a entrega de créditos em precatórios para compra de imóveis públicos do respectivo ente federado;

- a) as proposições II e III estão erradas, e as proposições I e IV estão corretas
- b) todas as proposições estão corretas
- c) todas as proposições estão erradas
- d) as proposições I, II e III estão corretas, e a proposição IV está errada
- e) as proposições I, II e a IV estão corretas, e a proposição III está errada

19) Analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta

I - A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações de indenização por danos morais e patrimoniais decorrentes de acidente de trabalho propostas por empregado contra empregador, exceto aquelas que ainda não possuíam sentença de mérito em primeiro grau quando da promulgação da Emenda Constitucional no 45/04;

II - A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações que envolvam o exercício do direito de greve, inclusive ação possessória, ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada;

III - Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão ao interesse público, o Ministério Público do Trabalho é legitimado a ajuizar dissídio coletivo de greve, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito;

IV – Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se, de no mínimo 7 juízes recrutados, necessariamente, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de 35 anos e menos de 65 anos.

- a) as proposições II e III estão corretas, e as proposições I e IV estão erradas
- b) Todas as proposições estão erradas
- c) Todas as proposições estão certas
- d) a proposição IV está certa, e as proposições I, II e III estão erradas
- e) a proposição III está correta, e as proposições I, II e IV estão erradas

20) Analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta:

I – É garantia do Judiciário a autonomia orgânico-administrativa e a autonomia financeira, esta última significando que os tribunais deverão elaborar suas propostas orçamentárias dentro dos limites estabelecidos conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – A garantia da vitaliciedade dos magistrados somente se adquire após o cumprimento obrigatório do estágio probatório, ou seja, após 2 anos de efetivo exercício no cargo;

III – As vedações constitucionais impostas aos magistrados são as mesmas impostas ao Ministério Público quais sejam: o exercício, ainda que em disponibilidade, de outro cargo ou função, salvo uma de magistério, recebimento de custas, participação no processo, auxílios e contribuições de pessoas físicas, de entidades públicas ou privadas, participação de sociedade comercial, exercício de atividade político-partidária e a chamada quarenta de saída;

IV – As funções institucionais do Ministério Público estão elencadas no artigo 129 da Constituição Federal, cujo rol é taxativo.

- a) todas as proposições estão corretas
- b) todas as proposições estão erradas
- c) a proposição II está correta, e as proposições I, III e IV estão erradas
- d) as proposições III e IV estão corretas, e as proposições I e II estão erradas
- e) a proposição I está correta, e as proposições II, III e IV estão erradas

21) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I – São princípios da ordem econômica a soberania nacional, a propriedade privada, a redução das desigualdades regionais e sociais, a defesa do consumidor, do meio ambiente e a garantia do desenvolvimento nacional;

II – A ordem econômica tem por fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social, e a ordem social tem como base o primado do trabalho;

III – O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação de capital estrangeiro nas instituições que o integram;

IV – A Constituição Federal proíbe a exploração direta de atividade econômica pelo Estado.

- a) as proposições I e II estão erradas, e as proposições III e IV estão corretas
- b) todas as proposições estão erradas
- c) as proposições II e III estão corretas, e as proposições I e IV erradas
- d) todas as proposições estão corretas
- e) as proposições II, III e IV estão corretas e a proposição I está errada

22) Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I - No mandado de segurança coletivo é exigido das associações, das entidades de classe, dos sindicatos e dos partidos políticos o requisito de estarem constituídos há pelo menos 1 ano;

II – Em relação aos efeitos do mandado de injunção coletivo, pode-se afirmar que na decisão em que o STF garantiu o exercício do direito de greve não apenas aos servidores filiados aos sindicatos impetrantes mas a todo o funcionalismo público, adotou a posição chamada concretista geral.

III – O habeas data cabe para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constante de registros ou banco de dados de entidades governamentais e de caráter privado.

IV – Regra geral, o habeas data destina-se a disciplinar o direito de acesso a informações, assim, é cabível no caso de haver recusa no fornecimento de certidões para defesa de direitos ou esclarecimentos de situações de interesse pessoal.

- a) As proposições III e IV estão corretas, e as proposições I e II estão erradas

- b) a proposição II está correta, e as proposições I, III e IV estão erradas
- c) as proposições II, III e IV estão corretas, e a proposição I está errada
- d) todas as proposições estão corretas
- e) todas as proposições estão erradas

## **Direito Civil**

23) Analise os itens abaixo e aponte a alternativa correta:

I - O estatuto das associações conterà, sob pena de nulidade, as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.

II - Dissolvida a associação, o remanescente do patrimônio líquido, após cumpridas as formalidades legais, será destinado desde logo à instituição municipal de fins idênticos ou semelhantes.

III - A fundação pode ser constituída por negócio jurídico entre vivos, ficando o instituidor obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados.

IV - O Código civil brasileiro, anota que o Distrito Federal é pessoa jurídica de direito público, bem como dispõe expressamente que o domicílio do Distrito Federal é a cidade de Brasília.

- a) A proposições I está correta e as proposições II, III e IV, incorretas.
- b) As proposições I e III estão corretas e a proposições II e IV, incorreta.
- c) As proposições I, III e IV estão corretas e a proposição II, incorreta.
- d) A proposições IV está correta e as proposições I, II e III, incorretas..
- e) As proposição I e II, estão corretas e as proposições II e IV, incorreta.

24) A empresa “Jatinho”, contratou prestação de serviços de engenharia do grupo “Bom Saber”, ajustando honorários de 38.000 (trinta e oito mil reais), a serem pagos da seguinte forma: Entrada de 15.000,00 (quinze mil reais); parcela de 13.000,00 (treze mil reais) na entrega do projeto; parcela final de 10.000 (dez mil reais) quando da obtenção da licença municipal de aprovação do projeto. Efetuado o pagamento da parcela de entrada, a empresa Bom Saber deu início aos trabalhos, entregando o projeto para análise da empresa Jatinho, que por sua vez, pagou a segunda parcela dos honorários. Após analisar o projeto, a empresa Jatinho, por puro capricho, negou anuência ao mesmo, rejeitando os trabalhos já feitos pela empresa Bom Saber, notificando-a extrajudicialmente, quanto à rejeição do projeto, rescisão contratual por justa causa e não ser devido pagamento da última parcela dos honorários contratados.

Considerando a situação narrada, podemos dizer:

- a) A última parcela dos honorários foi contratada sob condição resolutiva e, diante da justa causa para rescisão contratual por parte da empresa Jatinho, não será devida;
  - b) A última parcela dos honorários foi contratada sob condição suspensiva e, diante da justa causa para rescisão contratual por parte da empresa Jatinho, não será devida;
  - c) A última parcela dos honorários foi contratada sob condição suspensiva e, diante da injusta causa para rescisão contratual, provocada pela empresa Jatinho, considera-se implementada a condição, sendo devida a parcela dos honorários;
  - d) A última parcela dos honorários foi contratada sob condição resolutiva e, diante da injusta causa para rescisão contratual, provocada pela empresa Jatinho, considera-se implementada a condição, sendo devida a parcela dos honorários;
  - e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.
- 

25) Analise os itens abaixo e aponte a alternativa correta:

I - é nulo o contrato de compra e venda de imóvel urbano (terreno), lavrado em instrumento particular, cujo preço combinado é de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

II - é anulável o contrato de compra e venda de imóvel urbano (terreno), lavrado em instrumento particular, cujo preço combinado é de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

III - é nulo o contrato de promessa de compra e venda de imóvel urbano (terreno), lavrado em instrumento particular, cujo preço combinado é de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

IV - é anulável o contrato de promessa de compra e venda de imóvel urbano (terreno), lavrado em instrumento particular, cujo preço combinado é de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

V - A escritura pública é essencial à validade da compra e venda de imóvel urbano cujo preço combinado é de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais); já o contrato de promessa de compra e venda, é válido se celebrado por instrumento particular.

- a) A proposição I está correta e as proposições II, III, IV e V, incorretas.
- b) As proposições I, e III estão corretas e as proposições II, IV e V, incorreta.
- c) Todas as proposições estão incorretas.
- d) As proposições I e V estão corretas e as proposições II, III e IV, incorretas.
- e) A proposição V está correta e as proposições I, II, III e IV, incorretas.

26) Analise os itens abaixo e aponte a alternativa correta:

I – A sub-rogação convencional, transfere ao novo credor todos os direitos, ações, privilégios e garantias do primitivo credor, em relação à dívida, contra o devedor principal e os fiadores.

II – A sub-rogação legal pode ser parcial.

III – Ocorrendo dação em pagamento, se o credor for evicto da coisa recebida em pagamento, ficará sem efeito a quitação dada.

IV – A novação poderá ser objetiva e subjetiva. Se o novo devedor falir o credor, que consentiu na novação, terá ação regressiva contra o antigo devedor.

- a) As proposições I, II e IV estão corretas e a proposição III, incorretas.
- b) As proposições II, III e IV estão corretas e a proposição I, incorreta.
- c) As proposições I, II e III estão corretas e a proposição IV, incorretas.
- d) As proposições I, III e IV estão corretas e a proposição II, incorretas.
- e) Todas as proposição estão correta.

27) Assinale a alternativa correta.

- a) O mandato presume-se gratuito quando não houver sido estipulada retribuição. Sendo assim, o mandato outorgado ao advogado para propositura de ação é gratuito.
- b) A remuneração do corretor, será ajustada entre as partes. Na omissão do ajuste, será arbitrada mediante aplicação de percentual sobre o valor do negócio.
- c) No contrato de seguro de dano, ocorrendo sinistro, a indenização não pode ser superior ao valor do bem segurado, bem como não poderá em hipótese alguma ultrapassar o limite máximo fixado na apólice.
- d) Havendo enriquecimento sem causa, o Código Civil expressa que não caberá a restituição por enriquecimento, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

28) Analise os itens abaixo e aponte a alternativa correta:

I - Havendo morte da vítima, a indenização devida a seus familiares abrangerá lucros cessantes.

II - De acordo com Súmula do STJ, o valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada.

III - Segundo Súmula do STF, é indenizável o acidente que cause a morte de filho menor, ainda que não exerça trabalho remunerado.

IV - Segundo Súmula do STF, no cálculo da indenização por acidente de trabalho, inclui-se, quando devido, o repouso semanal remunerado.

V - O segurador tem ação regressiva contra o causador do dano, pelo que efetivamente pagou, até o limite previsto no contrato.

- a) Todas as proposições estão corretas.

- b) As proposições II, III e IV estão corretas e as proposições I e V, incorretas.
- c) As proposições I, III e IV estão corretas e as proposições II e V, incorretas.
- d) As proposições I, IV e V estão corretas e as proposições II e III, incorretas.
- e) As proposições I, II e III estão corretas e as proposições IV e V, incorretas.

## **Direito da Criança e do Adolescente**

29) Analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta:

I - A formação técnico-profissional da criança e do adolescente obedecerá aos seguintes princípios da garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular, da atividade compatível com o desenvolvimento da criança e do adolescente e do horário especial para o exercício das atividades.

II - O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros, o respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

III - O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei, e em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de seis membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

- a) Todas as proposições estão corretas
- b) A proposição I está correta, e as proposições II e III estão erradas
- c) A proposição II está correta, e as proposições I e III estão erradas
- d) Todas as proposições estão erradas
- e) A proposição III está correta, e as proposições I e II estão erradas

30) Analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta:

I – o contrato de aprendizagem é necessariamente escrito e por prazo determinado até 2 anos, salvo quando o aprendiz é portador de deficiência, é válido somente para o maior de 14 e menor de 24 anos, inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, sendo obrigatória em todas as hipóteses a frequência à escola.

II – Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, no mínimo, 5% e, no máximo, 15% do total de trabalhadores existentes na empresa.

III - Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

- a) Todas as proposições estão corretas
- b) Todas as proposições estão erradas
- c) A proposição I está correta, e as proposições II e III estão erradas
- d) As proposições II e III estão corretas, e a proposição I está errada
- e) A proposição III está correta, e as proposições I e II estão erradas

### BLOCO III

#### **Direito Processual Civil**

31) Analise os itens abaixo e aponte a alternativa correta:

I - O juiz dará curador especial ao réu preso que contestou a ação por meio de advogado constituído.

II - Quando o inventariante for dativo, todos os herdeiros do falecido serão réus nas ações propostas contra o espólio.

III - A sociedade sem personalidade jurídica, quando demandada, não poderá opor a irregularidade de sua constituição e será representada em juízo por qualquer de seus sócios de fato.

IV - O Cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação de consignação em pagamento em contrato de alienação fiduciária de veículo.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) As proposições II e IV estão corretas e as proposições I e III, incorretas.
- c) A proposição IV está correta e as proposições I, II e III, incorretas.
- d) As proposições III e IV estão corretas e as proposições I e II, incorretas.
- e) A proposição II está correta e as proposições I, III e IV, incorreta.

32) Analise os itens abaixo e aponte a alternativa correta:

I - As despesas dos atos processuais efetuados a requerimento do Ministério Público serão pagas a final, pelo vencido;

II - A parte sucumbente pagará a remuneração do assistente técnico da parte adversa.

III - A sanção imposta em consequência de litigância de má-fé será contada como custas.

IV - É livre a substituição voluntária das partes no curso do processo.

- a) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV, incorretas.
- b) As proposições I, II, III estão corretas e a proposição IV, incorreta.
- c) As proposições II e III estão corretas e as proposições I e IV, incorretas.
- d) As proposições I e III estão corretas e as proposições II e IV, incorretas.
- e) As proposições I, II e IV estão corretas e a proposição III, incorreta.

33) Assinale a alternativa correta:

a) Havendo conexão, as ações serão reunidas a fim de que sejam decididas simultaneamente.

b) Se o conhecimento da lide depender da verificação de fato delituoso, o juiz mandará sobrestar no andamento do processo até que se pronuncie a justiça criminal.

c) Declarada a incompetência absoluta, todos os atos serão nulos.

d) O Ministério Público será ouvido em todos os conflitos de competência.

e) O conflito de competência será decidido monocraticamente limitando-se à declaração do juiz competente.

34) Assinale a alternativa correta:

a) Suspende-se o processo quando o advogado de qualquer das partes sofre punição de exclusão dos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.

b) O procedimento comum é ordinário ou sumário. O procedimento sumário não admite conversão para o procedimento ordinário.

c) Submete-se ao procedimento sumário, as causas que versem sobre anulação de doação de qualquer espécie.

d) No procedimento sumário não se admite hipótese de intervenção de terceiros.

e) Quando a matéria controvertida for exclusivamente de direito e o Tribunal já houver exarado entendimento a respeito do tema, poderá o juiz proferir sentença de total procedência, dispensando citação da parte requerida.

35) Assinale a alternativa correta:

- a) cabe recurso de agravo, na modalidade de instrumento, se o juiz indeferir a petição inicial liminarmente.
- b) Para propor reconvenção, basta que a reconvenção seja conexa com o fundamento da defesa.
- c) Havendo desistência da ação, fica prejudicada a reconvenção.
- d) Como meio de prova, a confissão só é válida quando feita na presença do Juiz.
- e) Os registros domésticos só servem como prova de recebimento de um crédito, quando fizerem menção a créditos de pequeno valor, assim tidos aqueles inferiores a 10 (dez) vezes o salário mínimo vigente.

36) Analise os itens abaixo e aponte a alternativa correta:

I - A decisão do STF que não conhece do recurso extraordinário é sempre irrecorrível.

II - A Súmula da decisão do STF sobre a repercussão geral do recurso extraordinário é publicada no diário oficial e vale como acórdão.

III - Negada a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados no tribunal de origem, serão indeferidos liminarmente de cuja decisão não caberá recurso.

IV - É recorrível, desafiando recurso de Embargos, a decisão da turma que em recurso extraordinário, diverge do julgamento da outra turma ou do plenário.

- a) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV, incorretas.
- b) As proposições I, II e III estão corretas e a proposição IV, incorreta.
- c) As proposições II e IV estão corretas e as proposições I e III, incorretas.
- d) As proposições I, II e IV estão corretas e a proposição III, incorreta.
- e) As proposição II e, III estão corretas e as proposições I e IV, incorreta.

37) Analise os itens abaixo e aponte a alternativa correta:

I - No processo de execução, verificada a existência de ato atentatório à dignidade da justiça, o devedor incidirá em multa fixada pelo juiz, em montante não superior a 20% do valor atualizado do débito em execução, pena que poderá ser relevada pelo próprio juiz, independentemente de recurso da parte.

II- O Exequente poderá, no ato da distribuição da ação de execução, obter certidão comprobatória do ajuizamento da execução, com identificação das partes e valor da causa, para fins de registro no cartório de imóveis;

III - São absolutamente impenhoráveis os pertences de uso pessoal do executado, mesmo que possuam elevado valor;

IV - Ao despachar a inicial de execução, o juiz fixará de plano os honorários advocatícios. No caso de integral pagamento no prazo de 10 (dez) dias, a verba honorária será reduzida pela metade.

- a) A proposição I está correta e as proposições II, III e IV, incorretas.

- b) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV, incorretas.
- c) As proposições I, II e III estão corretas e a proposição IV, incorreta.
- d) As proposições II e III estão corretas e as proposições I e IV, incorretas.
- e) A proposição IV está correta e as proposições I, II e III, incorretas.

38) Assinale a alternativa incorreta:

- a) O executado pode, no prazo de 10 (dez) dias após intimado da penhora, requerer substituição do bem penhorado, desde que comprove cabalmente que a substituição não trará prejuízo algum ao exeqüente e será menos onerosa para ele devedor;
- b) A avaliação será feita pelo oficial de justiça, em havendo complexidade o juiz nomeará um avaliador;
- c) A alienação por iniciativa particular deve obedecer o prazo fixado pelo juiz e será formalizada por termo nos autos;
- d) O Código de Processo Civil prevê a possibilidade da alienação por hasta pública ser realizada pela internet.
- e) O auto de arrematação será lavrado em 24 (vinte e quatro) horas.

39) Assinale a alternativa correta:

- a) O juiz concederá o arresto independentemente de justificação prévia, quando o requerido for a União.
- b) A caução não pode ser prestada por terceiro estranho ao processo.
- c) A medida cautelar de justificação possibilita documentar fatos ou relações jurídicas não instrumentalizadas, mediante produção da prova testemunhal.
- d) A justificação é julgada por sentença e os autos são entregues ao requerente, mediante traslado, decorridas 48 (quarenta e oito) horas da decisão.
- e) As medidas de protesto admitem contraprotesto nos mesmos autos.

---

40) Assinale a alternativa correta:

- a) A consignação em pagamento, quando a obrigação consistir em entrega de dinheiro, poderá ser feita em estabelecimento bancário oficial, dispensando a propositura de ação judicial.
- b) Na ação de demarcação de terras, o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias.
- c) A sentença que determinar a abertura da sucessão provisória produzirá efeitos imediatamente.
- d) A sentença de interdição produz efeitos após o trânsito em julgado.
- e) Os estatutos das fundações serão aprovados pelo juiz ou pelo Ministério Público, sendo certo que a extinção da fundação será promovida exclusivamente pelo Ministério Público.

## **Direito Internacional e Comunitário**

41) Analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta:

I – Dentre os objetivos da Organização Mundial do Comércio está a resolução de problemas comerciais entre os países, administrar acordos comerciais, ser fórum para negociações comerciais, podendo assinar tratados e tem como um dos seus princípios a não-discriminação.

II – A cláusula social tem por finalidade resguardar direitos e condições básicas do trabalhador.

III – Dumping social é termo utilizado para caracterizar a venda de produtos, no mercado internacional, através de empresas transnacionais coligadas, a um preço inferior ao praticado no mercado interno mas com a adoção de padrões trabalhistas internacionalmente reconhecidos com o objetivo de dominação do mercado internacional.

- a) Todas as proposições estão corretas
- b) A proposição III está correta, e as proposições I e II estão erradas
- c) Todas as proposições estão erradas
- d) A proposição II está correta, e as proposições I e III estão erradas
- e) A proposição I está correta, e as proposições II e III estão erradas

42) Analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta:

I – O tratado de Assunção constituiu o Mercado Comum do Sul, denominado MERCOSUL, tendo constituído também o Conselho do Mercado Comum, sendo que o Grupo do Mercado Comum só foi instituído pelo protocolo de Ouro Preto.

II – A comissão de peritos da OIT faz parte do sistema regular de controle para o estudo e aplicação de suas convenções, examina a conformidade da legislação e da aplicação prática dos países em relação às convenções ratificadas.

III – O comitê de Liberdade Sindical é órgão da OIT, de composição tripartite, com 12 integrantes, sendo 4 representantes para cada grupo: governamental, patronal e laboral, sendo seus componentes nomeados individualmente, sem qualquer vínculo com os países.

- a) A proposição II está correta, e as proposições I e III estão erradas

- b) Todas as proposições estão corretas
- c) Somente as proposições I e II estão corretas, e a proposição III está errada
- d) Todas as proposições estão erradas
- e) A proposição I está correta, e as proposições II e III estão erradas

### **Direito Previdenciário**

43) Analise as proposições abaixo e com base na legislação, jurisprudência pacificada e doutrina predominantes aponte a alternativa correta.

I - Acidente de trabalho típico consiste em evento ocorrido no regular exercício das atividades do trabalhador em favor do empregador, em face do qual resulte lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou perda ou redução permanente ou temporária da capacidade para o trabalho;

II - Doença do trabalho, espécie do gênero doença ocupacional, é aquela que não tem relação direta com a profissão exercida pelo trabalhador, sendo decorrência ou do modo de execução das tarefas ou das condições adversas especificamente verificadas no ambiente de trabalho.

III - Doença profissional, não é espécie do gênero doença ocupacional, pois é aquela produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do trabalho e previdência social.

IV - Doença profissional, espécie do gênero doença ocupacional, é aquela produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade conforme definido em perícia médica realizada com esta finalidade.

- a) As proposições II, e IV estão corretas e as proposições I e III incorretas.
- b) As proposições I e II estão corretas e as proposições III e IV incorretas.
- c) As proposições II, e III estão corretas e as proposições I e IV incorretas.
- d) As proposições III e IV estão corretas e as proposições I e II incorretas.
- e) A proposição III está correta e as proposições I, II e IV incorretas.

44) Não se trata de princípio e objetivo da previdência social.

- a) Universalidade de participação nos planos previdenciários.
- b) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- c) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.
- d) Cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente;
- e) definição do valor dos benefícios de forma a preservar a capacidade de pagamento pela previdência.

45) O benefício de auxílio-acidente não é garantido aos seguintes segurados:

- a) empregados em geral.
- b) trabalhadores avulsos.
- c) Proprietários rurais que trabalhem em regime de economia familiar, cuja área não exceda quatro módulos rurais.
- d) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida
- e) Empregado doméstico.

46) Sobre o auxílio acidente assinale a alternativa incorreta.

- a) Será concedido, como indenização, ao segurado quando, após a consolidação das lesões exclusivamente decorrentes de acidente de trabalho, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.
- b) corresponderá a cinqüenta por cento do salário-de-benefício e será devido até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.
- c) Será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria.
- d) O recebimento de salário ou concessão de outro benefício, exceto de aposentadoria, não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.
- e) A perda da audição, em qualquer grau, somente proporcionará a concessão do auxílio-acidente, quando, além do reconhecimento de causalidade entre o trabalho e a doença, resultar, comprovadamente, na redução ou perda da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

### **Direito Empresarial**

47) Analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta:

I - O princípio da cartularidade dos títulos de crédito vem sendo mitigado pelo progresso no tratamento magnético das informações e o crescente uso dos recursos de informática no cotidiano da atividade de administração do crédito.

II - O princípio da autonomia significa que somente os atos lançados no próprio título produzem efeitos jurídicos perante seu legítimo portador.

III - O aceite na letra de câmbio é facultativo e irretratável.

IV - O cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 30 (trinta) dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago e de 45 (quarenta e cinco) dias, quando emitido em outro lugar do país ou no exterior.

- a) As proposições I e III estão corretas, e as proposições II e IV estão erradas
- b) Todas as proposições estão erradas
- c) A proposição I está correta, e as proposições II, III e IV estão erradas
- d) As proposições I, II e III estão corretas, e a proposição IV está errada
- e) Todas as proposições estão corretas

48) Em relação as sociedades empresárias, indique a alternativa correta:

- a) são sociedades empresárias não personificadas a sociedade em comum, a sociedade em conta de participação e a sociedade simples.
- b) os cônjuges podem contratar sociedade, entre si ou com terceiros, desde que tenham casado no regime da comunhão universal de bens, ou no da separação obrigatória.
- c) somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais
- d) na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditários, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditados, obrigados somente pelo valor de sua quota. Aplicam-se à sociedade em comandita simples as normas da sociedade simples, no que forem compatíveis.
- e) a sociedade em comandita por ações tem o capital dividido em ações, regendo-se pelas normas relativas à sociedade anônima, opera sob firma ou denominação. Somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responde solidária e limitadamente pelas obrigações da sociedade, até o limite da integralização de suas cotas.

49) Analise as assertivas abaixo e indique a alternativa correta:

I - É correto afirmar que o Código do Consumidor ao prever a desconsideração da personalidade jurídica adotou precisamente a teoria maior da *disregard doctrine*.

II - A teoria da desconsideração inversa é aplicada para se alcançar bens do sócio que se valeu da pessoa jurídica para ocultar ou desviar bens pessoais, com prejuízo a terceiros.

III - A sociedade por quotas de responsabilidade limitada só pode ser administrada pelos respectivos sócios com poderes de administração, sendo sua responsabilidade, em regra, restrita ao valor das suas quotas

IV - A sociedade por quotas de responsabilidade limitada dissolve-se quando ocorrer a falta de pluralidade de sócios não reconstituída no prazo de 120 dias.

- a) A proposição II está correta, e as proposições I, III e IV estão erradas
- b) As proposições II e IV estão corretas, e as proposições I e III estão erradas
- c) Todas as proposições estão corretas
- d) A proposição III está errada, e as proposições I, II e IV estão corretas
- e) Todas as proposições estão erradas

50) Quanto a recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário, analise as proposições abaixo e indique a alternativa correta:

I – constitui meio de recuperação judicial o trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados, bem como a redução salarial, a compensação de horários e a redução da jornada, neste caso específico não se exigindo o acordo ou convenção coletiva.

II – São quirografários os saldos dos créditos decorrentes da legislação do trabalho que excederem o limite de 150 salários-mínimos por trabalhador, inclusive os excedentes decorrentes de acidente de trabalho.

III – Na assembléia geral de credores os sindicatos de trabalhadores poderão representar seus associados titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho que não comparecerem, pessoalmente ou por procurador, à assembléia.

IV – O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 30 (trinta) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos, por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) As proposições I, III e IV estão corretas, e a proposição II está errada
- c) As proposições III e IV estão corretas, e as proposições I e II estão erradas
- d) A propositura IV está correta, e as proposituras I, II e III estão errada
- e) As proposituras II e IV estão corretas, e as proposituras I e III estão erradas